

Relatório de Ações

ASSEMBLEIA FISCALIZA 2024 | 1º CICLO

Sedese

Alê Portela

SECRETÁRIA DE ESTADO DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Junho de 2024

DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



MINAS
GERAIS

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

Introdução

A parceria colaborativa e harmoniosa entre os poderes executivo e legislativo estadual desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento social efetivo em Minas Gerais. Ao unirem esforços e compartilharem objetivos comuns, tais como o bem-estar da população e a redução das desigualdades, essas instâncias do governo conseguem criar políticas públicas mais eficazes e alinhadas com as necessidades reais da comunidade.

A discussão de propostas e a cooperação mútua são essenciais para garantir que as decisões tomadas estejam em sintonia com as demandas da sociedade, resultando em um ambiente propício para o avanço social e o progresso do estado como um todo.

No segundo semestre de 2023, após um processo de debates e aprimoramentos realizados junto à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), um marco significativo foi alcançado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese) com a regulamentação do Decreto Estadual nº 48.660/2023 e a efetiva implementação das mudanças estruturais previstas na Lei nº 24.313/2023. Essas iniciativas foram estrategicamente desenhadas para fortalecer as competências essenciais da Sedese e aprimorar sua capacidade de resposta aos desafios enfrentados pelas pessoas em situação de vulnerabilidade.

Dentre os avanços alcançados, destacam-se a criação das novas Subsecretarias de Política de Habitação e de Políticas dos Direitos das Mulheres, juntamente com a implantação da Assessoria de Segurança Alimentar, que agora opera diretamente vinculada ao Gabinete da Secretaria.

Na Sedese, a colaboração entre áreas e a abordagem interdisciplinar continuam sendo a base na implementação das políticas sociais que abrangem temas como Assistência Social, Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda, Direitos Humanos, Esportes, Direitos das Mulheres, Segurança Alimentar e Habitação.

Este relatório detalha a resposta proativa da Sedese às ênfases definidas pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), conforme encaminhadas pelas Comissões de Direitos Humanos, Defesa dos Direitos da Mulher, Trabalho, Previdência e Assistência Social, Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e de Esporte, Lazer e Juventude.

1. Apoio a migrantes e refugiados e combate ao trabalho escravo

Em julho de 2023, foi criada, âmbito da Subsecretaria de Direitos Humanos da Sedese, a Diretoria Estadual de Políticas de Migração e de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo. Essa iniciativa visa fortalecer e direcionar as ações nesses âmbitos, proporcionando uma abordagem mais efetiva e especializada.

A Diretoria conta com a competência, estabelecida no Art. 68 do Decreto Estadual nº 48.660/2023, de “coordenar a política de proteção e defesa dos direitos humanos dos migrantes e enfrentamento do tráfico de pessoas e do trabalho escravo, com atribuições de:

I – promover ações intersetoriais e realizar articulações com as entidades da sociedade civil, sistema de justiça e organismos internacionais para a promoção da política de atenção aos migrantes, refugiados, apátridas e retornados em situação de vulnerabilidade;

II – formular, articular e acompanhar ações de promoção, proteção, defesa e reparação de direitos humanos para migrantes, refugiados e apátridas no Estado;

III – formular, articular e acompanhar ações de enfrentamento do trabalho escravo e do tráfico de pessoas no Estado;

IV – orientar, acompanhar e articular com as redes de políticas setoriais, órgãos e entidades do poder público a execução das políticas, programas e serviços para migrantes, refugiados e apátridas e de enfrentamento do tráfico de pessoas e trabalho escravo;

V – promover a intersetorialidade, transversalidade e integração das políticas de migração e de enfrentamento do tráfico de pessoas e do trabalho escravo no Estado.”

No âmbito do apoio a migrantes, a Sedese realizou, em março, a 1ª Conferência Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados, Apátridas e Retornados de Minas Gerais (Comigrar-MG) e iniciou a elaboração o 1º Plano Estadual de Políticas Públicas para Refugiados, Migrantes, Apátridas e Retornados de Minas Gerais. O Plano está em revisão da redação após contribuições, com base nas mais de 480 propostas, de mais de 500 pessoas, elaboradas nas 21 conferências livres e na Comigrar-MG, promovidas com o objetivo de garantir a participação colaborativa e representatividade do público no documento.

A Diretoria também presta suporte à atuação do Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, ao Enfrentamento do Tráfico de Pessoas e à Erradicação do Trabalho Escravo de Minas Gerais (Comirate-MG), que foi reativado em maio de 2024.

Além disso, a Sedese realiza capacitações e apoio técnico e ações nos municípios, relacionadas à temática do combate ao trabalho análogo à escravidão, tendo contemplado, em 2023, 120 municípios com ações dessa natureza. Assim, técnicos e gestores adquirem conhecimento sobre prevenção do crime do trabalho escravo e das características e demandas das vítimas, o que facilita o atendimento direto e o respectivo encaminhamento às redes de apoio em saúde, educação e reinserção socioeconômica na comunidade. Um

exemplo, é o projeto de capacitação “Escravo nem Pensar! em Minas Gerais - Formação para a Assistência Social”, realizado em parceria com a Organização Não-Governamental Repórter Brasil, com o apoio da Global Fund to End Modern Slavery e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Tal projeto tem por escopo a diminuição do número de trabalhadores aliciados para o trabalho escravo e submetidos a condições análogas à de escravidão nas zonas rural e urbana pelo Estado. Em dezembro de 2023, 52 municípios pertencentes às Regionais Sedese Passos e Patos de Minas concluíram a capacitação.

Já no apoio ao referenciamento das redes locais para o acolhimento às vítimas, há duas ações: desenho e pactuação do Fluxo Estadual de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo de Minas Gerais, em parceria com os atores do Comitrate-MG, inclusive com a participação e apoio dos órgãos de fiscalização; e, articulado com o próprio fluxo naqueles casos em que a Sedese é acionada pelos órgãos de fiscalização, o apoio técnico e o referenciamento dos municípios que receberão as vítimas de trabalho escravo, para que inscrevam aqueles trabalhadores resgatados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e, conseqüentemente, possam oferecer os benefícios sociais e auxiliar na reintegração sociolaboral daquelas pessoas.

A Sedese também participa das reuniões e realiza articulações técnicas junto à Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, da ALMG. Essa participação tem como objetivo ajustar as ações estaduais, aprimorar o fluxo de atendimento em nível estadual e fornecer orientações para a assistência social em âmbito regional e local.

Todas essas ações demonstram o compromisso do Governo do Estado de Minas Gerais em fortalecer o enfrentamento ao trabalho escravo, além de garantir a proteção e assistência adequada às vítimas. O estabelecimento de parcerias estratégicas, a realização de capacitações e a atuação em conjunto com instituições de renome nacional e internacional reforçam a importância dessas iniciativas para a promoção dos direitos humanos e a erradicação do trabalho escravo em Minas Gerais.

2. Políticas para a Juventude

O Governo de Minas Gerais tem como público caro a juventude. No Estado, são realizadas iniciativas de educação e qualificação, a exemplo do Trilhas de Futuro. Os tópicos abaixo trazem as principais entregas da Sedese focalizadas neste grupo.

SEMANA ESTADUAL DAS JUVENTUDES 2023

O Governo de Minas promoveu a Semana Estadual das Juventudes 2023, entre os dias 12 e 18 de agosto. O evento incluiu 34 atividades, que reuniram cerca de 200 jovens mineiros em Belo Horizonte e outras cidades, como Ouro Branco, Nova Serrana, Juiz de Fora e Teófilo Otoni. Com o tema “Ser Jovem em Minas Gerais”, a Semana abordou questões afetas à participação social, saúde sexual e mental, dignidade menstrual, empregabilidade, empreendedorismo e

acesso à cultura. A organização do evento ficou a cargo da Sedese, com parceria do Conselho Estadual da Juventude (Cejuve), SEE, Sejusp e Fundação Roberto Marinho (por meio da Co.Liga - Escola Digital), e com apoio da Copasa.

No dia 17, ocorreu o Seminário Juventudes e Políticas Públicas em Minas Gerais, na Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), com a participação de cerca de 200 pessoas, presencialmente e online. O seminário discutiu a participação dos jovens em ações de capacitação e inclusão, bem como em outras políticas públicas promovidas. Foram concedidos certificados a pelo menos uma pessoa de 74 municípios mineiros, e participantes de outros 15 estados brasileiros também receberam certificados na modalidade virtual.

A Semana Estadual das Juventudes 2024 está em planejamento, com previsão de execução em agosto.

SETEMBRO AMARELO - RODA DE CONVERSA "QUEBRANDO BARREIRAS E FORTALECENDO A VIDA: UMA CONVERSA SOBRE A PREVENÇÃO AO SUÍCIDIO"

Em setembro de 2023, por meio de colaboração entre a Diretoria Estadual de Políticas para Juventude e a Diretoria de Recursos Humanos, foi realizada uma significativa roda de conversa como parte das ações do Setembro Amarelo. O evento reuniu cerca de 80 jovens aprendizes que atuam em diversos órgãos na Cidade Administrativa de Minas Gerais (CAMG), proporcionando um espaço de diálogo aberto e acolhedor. O objetivo central dessa iniciativa foi promover a conscientização, compartilhar experiências e fortalecer perspectivas em relação à saúde mental e à prevenção do suicídio.

CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS JUVENTUDES

No intuito de preparar para a 5ª Conferência Estadual da Juventude 2023, a Sedese promoveu, em outubro de 2023, duas etapas virtuais de Pré-Conferências Estaduais das Juventudes, com a participação de cerca de 200 delegados eleitos nas conferências municipais, representando aproximadamente 80 cidades do interior do Estado.

Ainda em outubro de 2023, foi realizada a 5ª Conferência Estadual das Juventudes, em Belo Horizonte, correspondendo à etapa estadual da 4ª Conferência Nacional de Juventude. O evento contou com a participação de 67 municípios, enviando mais de 170 delegados eleitos nas etapas municipais e virtuais. Durante a Conferência, foram debatidas e elaboradas propostas, as quais foram encaminhadas à 4ª Conferência Nacional. Minas Gerais elegeu 106 delegados, que representaram os 67 municípios participantes na Conferência Nacional, que ocorreu em Brasília, em dezembro.

3. Plano Estadual de Habitação

A Sedese está empenhada em promover a política habitacional em várias frentes de atuação. Uma delas é o Plano Estadual de Habitação (PEH), que está em vigor desde 2009 e passou por estudos preliminares a partir de 2019, visando à sua revisão. O objetivo é materializar uma estratégia de médio e longo prazo para o planejamento do setor habitacional, garantindo o acesso à moradia digna. Agora, a minuta final do plano foi elaborada e enviada para manifestação de concordância dos órgãos com competência afeta à matéria e, após isso, será realizada a atualização e novos ajustes, garantindo uma perspectiva ampla, bem como a avaliação e o aprimoramento do documento. Em sequência, a minuta será encaminhada para discussão no Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (Conedru), reestruturado recentemente, e apresentada para consulta pública, garantindo a participação popular e irrestrita na construção do plano.

4. Política dos Direitos das Mulheres

Serão apresentadas, nesta seção, as principais políticas desenvolvidas pela Sedese para as mulheres, por intermédio da Subsecretaria de Política dos Direitos das Mulheres, instituída pela Lei nº 24.313/2023. Cabe ressaltar que outras políticas são realizadas em articulação com as demais Subsecretarias, como é o caso do Trajeto Moda, conduzido pela Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda, para promover condições de geração de renda a mulheres por meio da qualificação e do assessoramento.

CENTRO RISOLETA NEVES DE ATENDIMENTO (CERNA)

O Cerna, um órgão dedicado à superação da violência de gênero vivenciada pelas mulheres, desempenha um papel fundamental em Minas Gerais. Seu alcance abrange todos os municípios do Estado, oferecendo tanto atendimento psicossocial direto às mulheres em situação de violência quanto assessoria técnica aos municípios.

Entre janeiro e março de 2024, o Cerna realizou um trabalho significativo. Foram registrados e monitorados 45 casos de violência, garantindo um acompanhamento constante dessas situações. Além disso, 93 mulheres foram atendidas, sendo que 43 delas foram novas usuárias do serviço neste ano. Ao todo, foram realizados 628 acompanhamentos e atendimentos individuais, proporcionando suporte e apoio às mulheres em busca da superação dessas experiências traumáticas. Destaca-se, também, a instalação do Cerna Contagem, com duas psicólogas atuando na Delegacia de Plantão e uma psicóloga na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, parceria firmada por meio de Acordo de Cooperação com a Polícia Civil, que resultou em 132 atendimentos em 2024.

DIGNIDADE MENSTRUAL

No âmbito da dignidade menstrual, a Sedese coordena a política estadual de garantia de acesso a absorventes higiênicos para mulheres, com idade até 49 anos, que estejam nas unidades prisionais do Estado (sob gestão da Sejusp), nas unidades de acolhimento (sob gestão da Sedese), nas escolas estaduais (sob gestão SEE) e nas unidades básicas de saúde (sob gestão SES), em situação de vulnerabilidade social, conforme estabelecido pela Lei nº 23.904/2021. A política foi regulamentada via decreto, determinando o acesso a absorventes higiênicos em Minas Gerais para mulheres em situação de vulnerabilidade social. Em 2023, 698.039 meninas e mulheres, com idades entre 10 a 49 anos, foram contempladas, no âmbito da Política Estadual de Dignidade Menstrual.

CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DAS MULHERES

Em novembro, a Subsecretaria de Política dos Direitos da Mulheres foi contemplada em edital do Ministério das Mulheres, com mais de R\$ 230 mil, para execução de projeto de aquisição de dez notebooks e um veículo utilitário tipo SUV, bem como de produção de 122.522 folders, visando fortalecer as atividades de mobilização e sensibilização da sociedade em relação à promoção, defesa e garantia dos direitos das mulheres. Além disso, o projeto busca oferecer apoio e orientação técnica aos Organismos de Políticas para as Mulheres (OPMs) municipais, assim como aos demais órgãos e instituições integrantes das redes de atendimento às mulheres. Esse suporte será direcionado especialmente para o enfrentamento da violência de gênero.

PROTOCOLO FALE AGORA

Em agosto de 2023, foi lançado o Protocolo Fale Agora, uma iniciativa abrangente voltada para o enfrentamento da violência sexual nos espaços de lazer e turismo em Minas Gerais. Este protocolo atua em três frentes: prevenção, acolhimento e orientação. Até o momento, os resultados alcançados são significativos. Um total de 139 bares já receberam o selo do protocolo, demonstrando seu comprometimento com a promoção de ambientes seguros e livres de violência sexual. Para fortalecer ainda mais essa abordagem, foi disponibilizado um curso online, com 1.333 pessoas já qualificadas, de 92 municípios. Foram capacitados bares, restaurantes, casas de shows, hotéis, pousadas, além de servidores públicos e sociedade civil em geral. Além disso, foram realizadas ações específicas de capacitação para 35 blocos de carnaval da capital e do interior do Estado, bem como para os funcionários do estádio Arena MRV, além de rodas de conversa com os times femininos e categorias de base masculinas do Atlético Mineiro e do América. Está prevista, ainda, a realização de capacitação para os times de base masculina do Cruzeiro.

CONSELHO ESTADUAL DA MULHER (CEM)

O novo decreto do CEM (Decreto nº 48.676/2023) entrou em vigor em agosto de 2023, e a Subsecretaria se mobilizou para formar a comissão eleitoral para composição do novo mandato das conselheiras da sociedade civil, fazendo com que as eleições ocorressem em março de 2024, com posterior nomeação das conselheiras para o biênio 2024/2026. A partir disso, foi realizada a primeira plenária do CEM, em maio de 2024, com eleição da Mesa Diretora e primeiras definições do funcionamento do Conselho.

21 DIAS DE ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A campanha “21 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher” busca conscientizar a população sobre as várias formas de violência contra as mulheres e meninas, considerando as interseccionalidades e vulnerabilidades que se sobrepõem, e propõe medidas de prevenção e enfrentamento à violência (não apenas violência doméstica e feminicídio, mas também pobreza menstrual, violência política, desigualdade de gênero, dentre outras), ampliando os espaços de debate com a sociedade.

Trata-se de uma mobilização que acontece anualmente em todo o mundo, empreendida por diversos atores da sociedade civil e do poder público. Foi iniciada em 1991, por mulheres de 23 países reunidas no Instituto de Liderança Global das Mulheres, e atualmente é coordenada pelo Centro para Liderança Global das Mulheres.

Em escala mundial, a celebração ocorre com 16 dias de ativismo, iniciando em 25 de novembro, no Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, e finalizando em 10 de dezembro, data em que foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que também tem o objetivo de propor medidas de prevenção e combate à violência, além de ampliar os espaços de debate com a sociedade.

No Brasil, a campanha ocorre desde 2003 e é chamada de “21 dias de ativismo” porque a mobilização começa no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, e termina em 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, com o intuito de dar visibilidade à dupla vulnerabilidade da mulher negra.

Nesse período, a Sedese conduziu 17 agendas de forma integrada e intersetorial, com atores estratégicos, alcançando 913 pessoas, incluindo: participação em programas de rádio; assinatura de Acordo de Cooperação Técnica; entrega de pacotes de absorventes; implementação do projeto Trajeto Moda; oferta de formações e capacitações sobre redes de enfrentamento à violência contra mulheres; realização de seminários e rodas de conversa; publicações sobre datas importantes; atos públicos contra o feminicídio; participação em eventos acadêmicos; mobilização sobre os 21 dias de ativismo e Protocolo Fale Agora; webinar sobre a Campanha Mundial do Laço Branco; publicação de resolução instituindo a

comissão eleitoral do CEM; reestruturação do Observatório Interseccional de Gênero de Minas Gerais; e participação em podcasts e entrevistas.

5. Empregabilidade para Mulheres

A Sedese, por meio de políticas de direitos das mulheres, está empenhada em promover a inclusão e a autonomia financeira das mulheres, incluindo aquelas que são mães solo e estão em situação de violência doméstica. Uma das iniciativas é o Banco de Empregos - A Vez Delas, que disponibiliza uma ferramenta virtual para conectar essas mulheres a vagas de emprego oferecidas por empresas parceiras, permitindo que elas alcancem independência financeira e rompam o ciclo de violência.

A Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda desenvolve programas voltados para a inclusão produtiva e a geração de renda, com especial atenção às pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo mães solo. Destaca-se, nesse sentido, o Trajeto Moda, que busca promover a inclusão produtiva e geração de renda de mulheres em situação de vulnerabilidade, por meio da oferta de variadas qualificações, como ofício da costura, inteligência emocional, cidadania, empreendedorismo, associativismo, cooperativismo, educação financeira e desenvolvimento de coleção.

Com essas ações, as subsecretarias estão trabalhando de forma integrada para promover a igualdade de gênero, o empoderamento feminino e a superação das desigualdades, oferecendo oportunidades concretas para que as mulheres, especialmente as mães solo, tenham acesso ao trabalho digno e à autonomia.

Ainda, cabe ressaltar que, conforme dados do CadÚnico, a grande maioria das famílias inscritas é composta por mulheres em situação uniparental, e que este é o público prioritário de todas as ações da Secretaria para promoção do desenvolvimento social.

BANCO DE EMPREGOS - A VEZ DELAS

Outra iniciativa importante é o projeto "Banco de Empregos - A Vez Delas", que tem como objetivo promover a inclusão das mulheres em situação de violência doméstica no mercado de trabalho. Por meio de uma plataforma virtual, as mulheres são conectadas a vagas de emprego oferecidas por empresas parceiras. Dessa forma, elas têm a oportunidade de conquistar autonomia financeira e romper o ciclo de violência, abrindo caminho para uma vida melhor.

Desde o lançamento do programa, muitas organizações se tornaram parceiras, incluindo a Loja Elétrica Ltda., Helomar, Grupo Pardini, Ânima Educação, Supermercados BH, TRE-MG, Magazine Luiza S.A. e CDL/BH. A celebração dessas colaborações representa um passo importante rumo à igualdade e à justiça social e demonstram um compromisso contínuo em

ampliar as parcerias estratégicas e promover a inclusão de mais mulheres no mercado de trabalho, fornecendo-lhes as ferramentas necessárias para construir um futuro digno.

6. Abrigamento e acolhimento às mulheres

De acordo com as Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e de Violência, o conceito de abrigamento diz respeito à gama de possibilidades (serviços, programas, benefícios) de acolhimento provisório, destinado a mulheres em situação de violência, que se encontrem sob ameaça e que necessitem de proteção em ambiente acolhedor e seguro.

Minas Gerais atualmente possui 8 unidades de acolhimento/abrigamento provisório que abrange 17 municípios, atendendo mulheres em situação de violência. A Sedese, em parceria com a Fundação João Pinheiro (FJP), elaborou um diagnóstico sobre abrigos para mulheres em situação de violência, resultando em um estudo de viabilidade técnica para a implementação de casas-abrigo regionalizadas até 2026, em regime de consórcio interfederativo.

Está programada a implantação de uma casa-abrigo em 2024, com previsão de expansão para mais duas em 2025 e mais três em 2026, totalizando, com investimento de R\$ 150 mil por casa-abrigo.

Além disso, a Sedese está em negociações com 18 prefeituras para a construção da Casa da Mulher da Bacia do Paraopeba, como parte dos projetos de reparação pelo rompimento da barragem Córrego do Feijão, em Brumadinho. A Casa da Mulher do Paraopeba visa oferecer serviços regionalizados de acolhimento e/ou atendimento psicossocial, orientação jurídica, solicitação de medidas protetivas de urgência e abrigamento emergencial, no regime de Casa de Passagem. Após a execução do recurso da reparação, o serviço será mantido via consórcio interfederativo com os municípios e o Estado.

7. Segurança Alimentar e Nutricional

Em 2023, com a regulamentação da nova estrutura pelo Decreto Estadual nº 48.660/2023, a Sedese criou, em sua estrutura orgânica, a Assessoria de Segurança Alimentar, diretamente vinculada ao Gabinete. Abaixo estão algumas das ações já em curso na temática.

BANCOS DE ALIMENTOS

No âmbito dos Bancos de Alimentos, em 2023, foram firmados convênios com 8 municípios, totalizando mais de R\$ 158 mil destinados a cada um para subsidiar a aquisição de equipamentos e materiais permanentes. Esses recursos visam ampliar a capacidade de

recebimento, armazenamento e distribuição de alimentos adequados ao consumo. Em 2024, foi lançado novo edital, que está recebendo propostas para habilitar até 20 equipamentos públicos, prevendo um repasse de R\$ 60 mil para cada beneficiário.

Com o objetivo de fortalecer ainda mais os Bancos de Alimentos, em 2022, foram destinados R\$ 700 mil, por meio de emenda da Comissão de Participação Popular (CPP), para 7 municípios, para a aquisição de furgões destinados ao transporte dos alimentos aos equipamentos públicos. Em 2024, um total de 18 municípios também foram contemplados com emenda CPP, recebendo um montante de R\$ 2,25 milhões para a compra de furgões.

COZINHAS COMUNITÁRIAS

Em 2023, 4 municípios foram contemplados com um repasse total de R\$ 666 mil para a modernização de 10 Cozinhas Comunitárias. Já em 2024, foi lançado um novo edital, com o intuito de beneficiar mais 10 equipamentos, resultando na habilitação de 8 municípios.

RAÍZES DE MINAS

A Assessoria de Segurança Alimentar tem se articulado com parceiros fundamentais para potencializar a Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Estado. Como exemplo, tem-se o projeto Raízes de Minas, integrante do programa estratégico Percursos Gerais: Trajetória para Autonomia, em parceria com a Seapa e a Emater-MG.

A parceria com a Seapa resultou na distribuição de 542 kits de irrigação em 45 municípios, em 2023. Ainda, no final do último exercício, foram captados R\$ 456 mil, provenientes da Loteria Mineira, os quais foram repassados à Seapa, para atendimento a mais 540 famílias de outros 37 municípios, dos quais 12 já estão fazendo a retirada.

Em parceria com a Emater-MG, no ano de 2023, foram atendidas 500 famílias de 35 municípios, com kits de insumos produtivos (sementes, ferramentas, bandejas de mudas e húmus). A empresa também contribuiu com a realização de duas oficinas de capacitação em técnicas e manejo agroecológico e segurança alimentar e nutricional.

Em 2024, foram captados mais de R\$ 3 milhões da Loteria Mineira, sendo quase R\$ 1,6 milhão para aquisição de 820 kits de irrigação, que serão distribuídos para famílias de 31 municípios; e cerca de R\$ 1,4 milhão para compra de 1.820 kits de insumos produtivos, que serão destinados a famílias de 91 municípios.

EMENDAS

Em 2023, foram aprovadas 16 indicações de emendas impositivas para Organizações da Sociedade Civil (OSCs), para a execução de projetos relacionados à promoção da política de segurança alimentar e nutricional, totalizando mais de R\$ 1,1 milhão.

Também foi indicada emenda de CPP, no valor de R\$ 400 mil, que viabilizou a realização da 8ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, em outubro de 2023.

8. Trabalho, Emprego e Geração de Renda

A Sedese, responsável pela gestão do Sistema Nacional de Emprego (Sine) em Minas Gerais, recebe recursos do Ministério do Trabalho e Emprego para execução de três blocos de serviços: gestão da rede de atendimento do Sine, qualificação social e profissional, e fomento à geração de emprego e renda. Em 2024, a Sedese, em colaboração com o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Geração de Renda de Minas Gerais (Ceter-MG), realizou ações preparatórias e executou projetos relacionados à orientação profissional, capacitação para empregadores em ações inclusivas, capacitação de gestores do Sine, entre outros.

O Sine, focado na intermediação de mão de obra, promove a inserção de trabalhadores em vagas permanentes, temporárias, de aprendizes ou estágios. De julho de 2023 a maio de 2024, foram colocados 38.518 trabalhadores, sendo 11.819 mulheres, 9.587 jovens entre 15 e 24 anos, e 477 PCDs.

Quanto à qualificação profissional, as ações executadas no âmbito do projeto Trajeto Renda, com a aprovação do Ceter-MG, resultaram em 450 pessoas formadas em turmas de qualificação, em 21 municípios. Atualmente, somente uma turma se encontra em fase de execução. Trata-se do curso de cafeicultura, no município de Santo Antônio do Retiro, com previsão de conclusão para julho de 2024.

Outro destaque promovido foi o 1º Feirão de Empregos, ação que visa possibilitar o contato direto da população com as empresas participantes, oferecendo encaminhamento para entrevistas e auxílio para cadastro no Sine, além da realização de palestra ministrada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac, com dicas e orientações sobre como se destacar no mercado de trabalho. O evento reuniu 49 empresas, no Centro de Referência das Juventudes (CRJ), em Belo Horizonte, sendo oferecidas cerca de 3 mil vagas em diversas áreas de atuação, e contando com a participação de 1.200 trabalhadores.

9. Trabalho análogo à escravidão

A fiscalização e a repressão ao crime de trabalho escravo são de competência de órgãos federais. Todavia, a Sedese tem atuado ativamente na prevenção e na orientação de redes de apoio às vítimas de trabalho análogo à escravidão. Nesse sentido, destacam-se as ações de capacitação dos atores locais (municípios e a própria sociedade), realizadas pelas Diretorias Regionais da Sedese, pelos Centros de Referência em Direitos Humanos (CRDHs) e por OSCs de referência nacional e internacional e com agências internacionais. A Sedese presta apoio, ainda, no referenciamento do acolhimento municipal das vítimas de trabalho escravo que são resgatadas.

A última capacitação, no âmbito do programa “Escravo Nem Pensar”, ocorreu nos meses de agosto, outubro e dezembro de 2023, e contou com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Global Fund to End Modern Slavery (GFEM), além da realização pela ONG Repórter Brasil, com recursos de parceria. O programa contempla formação para agentes da assistência social, e tem por escopo a diminuição do número de trabalhadores aliciados para o trabalho escravo e submetidos a condições análogas à de escravidão nas zonas rural e urbana pelo Estado.

O programa foi realizado entre agosto e dezembro de 2023, e há expectativas de que seja possível ampliá-lo entre 2024 e 2025. O foco da capacitação foi nos agentes municipais de assistência social de 52 municípios das regionais Passos e Patos de Minas, visto que levantamento prévio realizado mostrou alta incidência de resgates de trabalhadores em situação análoga à de escravo nessas localidades.

Já no apoio ao referenciamento das redes locais para o acolhimento das vítimas, destacam-se duas ações realizadas. A primeira foi o desenho e a pactuação do Fluxo Estadual de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo de Minas Gerais, em parceria com os atores do Comitrate-MG e com a participação e apoio dos órgãos de fiscalização. A segunda, que ocorre em consonância com o Fluxo definido, diz respeito ao apoio técnico e o referenciamento dos municípios que receberão as vítimas de trabalho escravo, para que inscrevam aqueles trabalhadores resgatados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e, conseqüentemente, possam oferecer os benefícios sociais e auxiliar na reintegração sociolaboral daquelas pessoas.

Por fim, a Sedese, sabendo que o setor do café é um dos que mais tem tido resgate de trabalhadores, tem se articulado com atores que contribuem para melhorar a qualidade dos postos de trabalho nessa cadeia produtiva, bem como para buscar a promoção de trabalho decente, de forma a prevenir situações de insalubridade. Dentre esses atores, destacam-se a Seapa, que já faz parte de programa internacional com a OIT, e o próprio setor produtivo, além dos órgãos federais que atuam com a pauta.

10. Economia Popular Solidária

FEIRAS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

A execução da política pública de Economia Popular Solidária pela Sedese, respaldada pela Lei nº 15.028/2004 e pelo Conselho Estadual da Economia Popular Solidária (CEEPS), visa promover o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários como estratégia para a evolução social e econômica, superação da pobreza e inclusão no mercado de trabalho.

Em 2023, foram investidos R\$ 1,5 milhão no circuito de feiras, incluindo 15 Feiras Regionais de Economia Popular Solidária e 1 Feira Estadual, com a estruturação de atividades de

comercialização em áreas públicas. Cada feira contou com a participação de 30 empreendimentos econômicos solidários e 60 empreendimentos na Feira Estadual, totalizando 510 empreendimentos. O Festival Metropolitano e Estadual de EPS, que ocorreu de 08 a 11 de novembro, encerrou o circuito, envolvendo cerca de 90 empreendimentos econômicos solidários e 510 participantes.

Em 2024, serão realizadas 4 Feiras Microrregionais e 1 Feira Regional na região do Mucuri, com participação de cerca de 360 empreendimentos, além de 2 Feiras Estaduais, com 240 empreendimentos. Também serão realizados o Seminário e a Conferência Estadual da Economia Popular Solidária, por meio de recursos de emendas da Comissão de Participação Popular (CPP), no valor total de R\$ 1,8 milhão, totalizando cerca de 200 participantes. Ademais, 63 representantes de Minas Gerais receberão suporte para participar da 30ª Feira Internacional do Cooperativismo (FEICOOP), que ocorrerá em Santa Maria/RS.

Cabe destacar, ainda, as feiras mensais que acontecem na CAMG desde 2015, recebendo, em média, 80 empreendimentos econômicos solidários em cada edição. Com a paralisação dos elevadores da CAMG, a ação foi suspensa em junho de 2024, mas a Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda está em tratativas para negociar a continuidade das feiras em outro local.

TERMO DE FOMENTO COM A CÁRITAS DIOCESANA

Parceria para apoiar empreendimentos econômicos solidários em Minas Gerais, organizados nos fóruns municipais e regionais, diretamente impactados pela pandemia de Covid-19. O projeto, financiado por meio de emenda da CPP de quase R\$ 500 mil, inclui a formação de um fundo de apoio a projetos, beneficiando 14 fóruns regionais e 600 pessoas com doação de insumos para fomento dos empreendimentos econômicos solidários, além de assessoria técnica aos grupos.

DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE PONTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

Doação de 175 barracas de feira livre, por meio de emenda da CPP, distribuídas em kits para locais estratégicos para escoamento da produção dos grupos. O investimento total na compra das barracas foi de quase R\$ 280 mil. Até o momento, foram entregues 11 barracas para o município de Juiz de Fora e 11 barracas para a Associação Aprender Produzir Juntos. Em função das vedações eleitorais, as demais barracas serão entregues em 2025.

Ainda, tem-se a cessão de kits feira livre e kits confecções, por meio de convênio federal, resultando na estruturação de 31 pontos de comercialização (kits feira livre) e 11 confecções (kits de costura) em 36 municípios beneficiados. O investimento total na compra dos equipamentos foi de mais de R\$ 780 mil. A maioria dos kits já foi entregue, restando apenas 10 barracas e 3 balanças, que serão destinadas assim que finalizarem as vedações eleitorais.

FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS

Os Fundos Rotativos Solidários de insumos para fomento à Economia Popular Solidária são fundos implantados para apoio aos empreendimentos coletivos de iniciativas solidárias, cujos recursos são utilizados para apoiar projetos, necessidades ou iniciativas coletivas. À medida que os beneficiários utilizam os recursos, eles concordam em reembolsar o fundo ao longo do tempo, criando, assim, uma rotatividade dos recursos e/ou insumos. Esses reembolsos são utilizados para financiar novos projetos ou necessidades dentro de cada fundo criado.

A ação prevê o atendimento a, no mínimo, 180 grupos, a partir de um investimento total de R\$ 1,55 milhão, por meio da estruturação de 18 fundos. Do montante, R\$ 500 mil se referem a recursos do tesouro estadual, e já estão em execução por meio de termo de colaboração, para atendimento a 8 Regionais da Sedese e, no mínimo, 80 empreendimentos. O R\$ 1,05 milhão restante corresponde a recursos captados junto à Loteria Mineira.

11. Empregabilidade da Pessoa com Deficiência

A Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda, em parceria com a Subsecretaria de Direitos Humanos, está empenhada em promover a sensibilização e qualificação dos empregadores e profissionais de recursos humanos para a inclusão de pessoas com deficiência (PCDs) no mercado de trabalho. Um projeto importante nesse sentido é a Empregabilidade PCD, que envolve a participação de 30 empresas na qualificação de 60 profissionais de Recursos Humanos, favorecendo a inserção de PCDs no mercado de trabalho, além de reuniões conjuntas e compartilhamento de conhecimento entre as entidades envolvidas. Esta ação se justifica pelo fato de que, entre os diversos fatores que contribuem para a baixa inclusão de PCDs no mercado de trabalho, figuram a existência de ambientes não inclusivos e a visão fragmentada das atividades por parte dos empregadores. Entende-se que parte da dificuldade em promover a inserção laboral de PCDs advém do despreparo das empresas não apenas para receber esse público, mas para inseri-los na dinâmica produtiva e de relacionamento interpessoal.

Além disso, a capacitação em Libras é uma prioridade. Por meio do Curso Básico de Libras, 32 coordenadores e atendentes das unidades de atendimento do Sine foram capacitados na linguagem de sinais, buscando melhorar o atendimento prestado às pessoas com deficiência auditiva e garantindo seu pleno acesso aos serviços oferecidos pelo Sine.

Por meio dessas ações, as subsecretarias estão trabalhando em conjunto para promover a inclusão e a empregabilidade das pessoas com deficiência, sensibilizando os empregadores, capacitando os profissionais de recursos humanos e garantindo oportunidades concretas de trabalho. O objetivo é criar um ambiente mais inclusivo e igualitário, onde as pessoas com

deficiência possam exercer seus direitos e contribuir plenamente para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

12. Carteira da Gratuidade ao Transporte Intermunicipal

Em 2021, durante a pandemia da Covid-19, o Sindpas cessou as emissões da Carteira de passe livre para as pessoas com deficiência, devido à queda orçamentária. Diante desse cenário e da demonstração do interesse da sociedade civil pela carteira, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da ALMG, promoveu, abril de 2023, uma audiência com a presença de representantes da sociedade civil, da Seinfra, da Sedese e do Sindpas, na qual foi discutida a possibilidade da emissão ser assumida por um órgão governamental.

Após a agenda, Sedese, Seinfra, Seplag e Sindpas seguiram em diálogo para viabilizar a emissão do documento por órgão administrativo estadual. No momento, está em articulação, com coordenação da Seplag, a integração com o sistema Gov.br para fins de comprovação dos dados como renda e idade para emissão da carteira.

A Seinfra também está em tratativas com a ANTT para entender o modelo utilizado nas viagens interestaduais. Além da busca de alternativas para emissão da carteira, cabe ressaltar que o benefício previsto na Lei nº 21.121/2014 deve ser concedido independente da posse da carteira, desde que comprovados os requisitos de renda e idade nos termos da lei.

13. Credenciamento e financiamento das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes)

Para integrar a rede socioassistencial e estabelecer parcerias para a execução de programas e serviços socioassistenciais, é fundamental que as entidades de assistência social, incluindo as Apaes, estejam vinculadas ao SUAS. A Sedese não realiza credenciamento das Apaes, mas oferece capacitação e apoio técnico às entidades para vinculação ao SUAS e aprimoramento de suas ofertas. O monitoramento e fiscalização da rede socioassistencial no município são responsabilidades dos órgãos gestores e Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS).

Quanto ao financiamento, o Estado possui 23 Termos de Colaboração com Apaes para acolhimento de pessoas com deficiência (PCDs) egressas da extinta Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Febem), vigentes desde a década de 1990. Em 2023, os Termos de Colaboração foram renovados para uma nova vigência de 5 anos (2023-2028). Para essas

parcerias, serão investidos cerca de R\$ 45 milhões, contemplando reajustes anuais, que foram discutidos junto às entidades durante o processo de renovação das parcerias.

Além disso, recentemente, a Sedese instituiu o cofinanciamento estadual dos municípios com unidades de Centro-Dia para PCDs. Com isso, são 339 municípios mineiros que atendem PCDs em 366 unidades de Centro-Dia, entre as quais estão 332 Apaes. No total, são contabilizadas 24.272 PCDs atendidas pelo Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, em unidades de Centro-Dia no Estado.

O cofinanciamento prevê o atendimento de todas as unidades de Centro-Dia que preencheram o Censo SUAS 2022 e que estavam ativas no sistema CadSUAS como Centro-Dia, com registro de atendimento a PCDs. A opção de utilizar a base de 2022 se deve ao fato de que, no momento de estabelecimento dos critérios de elegibilidade e partilha dos recursos, a base de 2023 ainda não havia sido disponibilizada pelo governo federal.

Atualmente, 317 Termos de Aceite já foram assinados pelos prefeitos, e os planos de serviços para recebimento dos recursos estão em elaboração pelos municípios, junto às unidades de Centro-Dia beneficiadas. Cada unidade receberá R\$ 125 mil e, até o momento, R\$ 44,1 milhões já foram repassados.